

ENTREVISTA LINGÜÍSTICA COMO UM DIÁLOGO RITUAL: UMA INTERPRETAÇÃO DO "FORMULÁRIO PADRÃO"

Maria Cândida DRUMOND MENDES BARROS

Pesquisadora do Museu Emilio Goeldi.

INTRODUÇÃO

O objetivo de trabalho é caracterizar o modelo de entrevista proposto pela tradição da Linguística Indígena como um padrão de comunicação ritualizado, sustentado por concepções de linguagem próprias do mundo cultural do linguista. As raízes da entrevista na cultura ocidental estão presentes na ênfase dada à representação, ao componencialismo e ao uso de práticas de linguagem condicionadas pela escrita. Esses traços da entrevista lhe dão um caráter de um diálogo intercultural, quando empregado em sociedades pré-literárias, o que levaria a problematizar sua definição como expressão do ponto de vista do falante nativo de uma língua ágrafa.

Vou tomar como exemplo de entrevista lingüística o "Formulário dos Vocabulários Padrões para estudos comparativos preliminares nas línguas indígenas brasileiras" (Museu Nacional 1960), roteiro para o trabalho de campo lingüístico proposto na década de 50 no Brasil com o fim de "padronizar a coleta" (Museu Nacional 1960: I: 2).

LINHAGEM TEÓRICA DO "FORMULÁRIO PADRÃO".

O "Formulário Padrão" tinha como meta obter dados para uma análise comparativa das línguas indígenas, concomitantemente à coleta dirigida para uma análise da estrutura das línguas. O "Formulário" incluía o léxico proposto por Loukotka e Morris Swadesh, baseado em palavras consideradas não-culturais. Contudo, ao contrário dessas duas listas, que dispunham basicamente de palavras soltas, o "Formulário" dispunha de 341 itens que, além de designação, solicitava sintagmas e frases descritivas ("ele está coçando a perna"/n. 24; "ele está apertando a mão" /n. 22) dispostos em "fórmulas paradigmáticas" ("eu me cortei", "você se cortou", "ele se cortou" etc/n. 335)¹.

O Formulário surgiu no Brasil a propósito do acordo assinado entre Museu Nacional e Summer Institute of Linguistics em 1957 para desenvolver pesquisas de

¹ A numeração se refere aos itens do "Formulário Padrão".

cunho lingüístico entre línguas indígenas brasileiras. Foi formulado pelos missionários a pedido dos antropólogos e lingüistas, fiadores de científicidades da missão. Teve uma primeira versão em 57 e, depois, em 60, uma segunda, com maior lugar para a obtenção de dados por fórmulas paradigmáticas.

Talvez em nenhum outro país da América Latina, um guia para a entrevista lingüística teve tanta importância como no Brasil, podendo ser incluído entre as marcas que definem o "Modelo Museu Nacional" de estudo das línguas indígenas (FRANCHETTO e LEITE 1981). Grande parte do arquivo lingüístico do Museu é de dados coletados em torno do Formulário. O Formulário preenchido foi o principal elemento de troca entre os missionários da Sociedade Internacional de Lingüística (SIL) e a academia no Brasil. Um exemplo é o próprio acervo lingüístico do SIL: entre as 44 línguas mencionadas no relatório da missão (SIL 1977) como sendo alvo de análises por parte da instituição, apenas 4 não possuem vocabulário padrão preenchido.

O "Formulário Padrão" não foi uma obra isolada. Ele expressa uma concepção de trabalho de campo comum a uma série de livros e artigos (NIDA 1947; SAMARIN 1967; GUDSCHINSKY 1967; HEALEY 1964) que têm como temática a pesquisa de campo dentro das exigências de uma análise lingüística. Esse padrão de entrevista surgiu de uma posição teórica comum à Antropologia e à Lingüística a respeito da necessidade de profissionalização do trabalho de campo, proposta defendida por Franz Boas e que teve continuidade no interior do Linguistic Society of America entre o grupo dos lingüistas interessados em línguas indígenas. A especialização da fase de coleta de dados significou a perda da legitimidade dos dados obtidos pelo não-especialista que não dominasse uma determinada estratégia de entrevista (o de fórmulas paradigmáticas, por exemplo) e uma forma de escrita particular (o alfabeto fonético).

A própria existência de um roteiro para a entrevista distinguia a pesquisa de campo do lingüista do aprendizado de uma língua por um não-especialista. Enquanto o amador coletava o léxico arbitrariamente, o lingüista se propunha a fazer uma coleta dirigida à análise de estrutura (SAMARIN 1967: 175). O lingüista já tinha previsto o que perguntar ao informante, deixando pouco espaço para o diálogo casual.

A idéia de se estabelecer um "Formulário Padrão" como um roteiro que pré-determinava o diálogo do lingüista com o falante nativo estava fundado na perspectiva da Lingüística de que com poucos dados e menos tempo no campo era possível coletar o essencial para revelar a estrutura básica de uma língua (SAMARIN 1967: 50), o que não necessariamente se conseguiria em uma permanência prolongada.

O modelo de entrevista lingüística se diferenciava daquele feito pelo antropólogo: o que importava para o lingüista não era tanto a minuciosidade semântica nos

campos lexicais (todo o corpo humano, todos os numerais, todos os termos de parentesco etc), mas coletar uma determinada gama de dados. Alguns antropólogos, como Margaret Mead, criticaram essa modalidade de entrevista baseada na coleta de dados "ininteligíveis", transcritos acuradamente do ponto de vista fonético e acompanhados de uma tradução literal (MEAD 1939 citado por SAMARIN 1967: 46). Samarin, autor de um manual de trabalho de campo lingüístico, defendia essa estratégia de entrevista em que se obtinham frases "desinteressantes" tais como "Eu comprei duas bananas amarelas" (SAMARIN 1967: 33), por estar guiada por problemas específicos que só poderiam ser resolvidos com um determinado tipo de dado, como o de elucidar fórmulas paradigmáticas. Essa exigência teórica resultava num tipo de diálogo, em que o lingüista fazia experimentação de formas, ao modificar uma das partes da expressão, mantendo rigorosamente a outra parte; "o cachorro mordeu a cobra", "o cachorro mordeu a mim" (n. 331) etc. Todo tipo de questão gramatical (marca de posse, tempo verbal, diferença entre transitivo e intransitivo etc.) poderia ser analisado por um diálogo dirigido pela idéia de paradigma. Essa forma de procedimento era a principal maneira de provar ou negar uma determinada análise como válida (SAMARIN 1967: 113).

Nesta tradição de trabalho de campo, a existência de um roteiro bem montado e a disponibilidade de um falante nativo bastava para a realização bem sucedida da entrevista, tornando dispensável a própria presença do lingüista na comunidade. O informante poderia ser importado para a cidade sem prejuízo da cientificidade dos dados coletados (CÂMARA 1965).

MODALIDADE DE DIÁLOGO CONTIDO NO "FORMULÁRIO"

A tradição da entrevista lingüística mencionada anteriormente será tratada como um evento de fala, assim como definido pela Etnografia da Fala, ou seja, como uma situação de uso lingüístico que possui regras específicas de interação culturalmente marcadas. Sua descrição inclui caracterizar seus participantes e suas normas de comunicação.

A sugestão para uma análise da entrevista como um diálogo marcado culturalmente pela visão de mundo do analista, foi tomada de alguns autores da Antropologia, que têm transformado o trabalho de campo do antropólogo em espaço de discussão do caráter de objetividade do conceito de cultura (BRIGGS 1983/1989, FABIAN 1979, CLIFFORD 1980). Esse tipo de reflexão tem se calcado nas discussões sobre um

modelo pragmático da linguagem, propostas por autores tais como Austin, Searle e Benveniste. A crítica pragmática ao modelo de linguagem descontextualizada é transposta para a discussão do conceito de cultura, que deixa de ser concebido como um código monolítico a priori, apreendido objetivamente pelo antropólogo durante o trabalho de campo, para ser tratado como um significado específico (uma enunciação), constituído pelas condições da interação intercultural entre o antropólogo e o informante.

Um exemplo interessante de análise dentro desta proposta é de Briggs (1989). No seu modelo inspirado em Austin, a atenção às falhas ocorridas durante a entrevista expõe, de forma negativa, os critérios que definem essa modalidade de diálogo enquanto um ato ritual. Uma crise comunicativa na entrevista ocorreria todas as vezes em que não houvesse consenso entre os participantes a respeito de como cada um deveria proceder. Além de tomar as falhas como forma de acesso negativo às regras da entrevista, Briggs considera também a metodologia de trabalho de campo como forma de definição positiva das condições ideais da entrevista.

O ponto de partida para caracterizar a entrevista como um diálogo ritual é a própria existência de um roteiro que defina a maneira como ela deve ocorrer, eliminando a possibilidade da pesquisa lingüística surgir apenas por meio de situações casuais de diálogo. Por mais que estas últimas sejam reconhecidas como enriquecedoras de uma análise, por fornecer dados "naturais", a coleta de dados terá que passar por momentos de diálogo que possuem, de antemão, expectativas quanto ao seu desenrolar. O bom lingüista, segundo Samarin, é aquele que tem sua entrevista esquematizada antes de iniciar o trabalho de campo, já tendo, por exemplo, uma lista com todas as possibilidades de paradigmas para cada verbo. O "Formulário Padrão", com seus 341 itens e outros tantos sub-itens, não pode ser preenchido por meio de enunciados coletados casualmente, o que levaria anos para completá-lo. Para concluí-lo ao fim de alguns meses e produzir uma gravação com aqueles dados, o "Formulário" deve ser preenchido por meio de uma entrevista com pedidos metalingüísticos ("como se diz na sua língua ele está em pé?/n. 219). Requer que o informante esteja voltado exclusivamente para aquela tarefa.

Entre os atos de fala que conformam a entrevista estão o de transcrever, ditar, repetir e o diálogo de perguntas e respostas relacionadas a dois tipos de pedidos que o lingüista deve fazer ao informante (NIDA 1947):

- i) solicitar pela designação de objetos (nariz/n. 9, peixe/n.65, fruta/n. 88) e por sentenças descritivas de eventos ("ele está lavando os pés"/n. 28).
- ii) diretivos guiados pelas "fórmulas paradigmáticas": a partir de um objeto, pede-se sua forma flexionada com pronomes pessoais ("meu nariz", "seu nariz", "nosso nariz"/n.310,

"meu peixe", "nosso peixe/n. 315, etc) ou altera-se o agente de uma determinada frase ("eu caço", "você caça", "ele caça" etc/n. 325).

A demanda por denominação, descrição e dados dentro do padrão de "fórmulas paradigmáticas" (Museu Nacional 1960: 2) norteia grande parte do "Formulário de Vocabulários Padrões".

Para a realização com sucesso dos atos de fala que compõem a entrevista, o lingüista já deve ter negociado com seu informante uma série de expressões metacomunicativas ("field metalanguage"/Samarin 1967: 137) numa língua franca comum ("Como você diria 'casa'? "Seria correto dizer assim: ...?", "Você pode repetir?", "Uma vez mais por favor!", "Há outro modo de dizer isso?" etc). No caso de situações monolíngues, o informante deve estar socializado às regras daquele diálogo através do recurso da ostensão (pedir a designação por meio do gesto de apontar) e da mímica.

Nem sempre a entrevista se realiza com sucesso. As memórias de trabalho de campo dos lingüistas contam sobre as muitas dificuldades que enfrentaram para que o informante realizasse tarefas tão simples como a de definir o sentido de uma palavra, ou fazer descrições a partir de gravuras de livros, usadas como estímulo pelo lingüista. Listarei uma série de situações de crise na entrevista, organizadas de maneira aproximada ao que Austin (1970) deu às situações de insucesso de um ato de fala: a) casos em que a ação não se realizou, b) casos em que a ação foi realizada de forma incompleta.

No primeiro grupo estão as situações nas quais o falante nativo não responde ao pedido de designação solicitado (PIKE, E. 1981, 132), ou não segue a fórmula do paradigma proposto pelo lingüista. Com isso, o informante não reproduz o enunciado padrão que o lingüista estava investigando e do qual precisa que seja reproduzido fielmente para fins de comparação. Ou ainda o informante não aceita falar uma frase necessária para testar um paradigma, por considerá-la sem sentido (PIKE, E. 1956: 46).

O mesmo motivo de sucesso do diálogo regido pela "fórmula paradigmática" (o informante responde ao que foi solicitado) pode levar ao insucesso, caso o lingüista proponha um estímulo que influencie a resposta do informante de maneira não natural (SAMARIN 1967: 114).

Um outro tipo de problema pode ser aquele em que o informante não distingue o diálogo com função metalingüística daquele em que se usa a expressão numa situação cotidiana (SAMARIN 1967: 12). Pode ocorrer, ao contrário, que a crise ocorre porque o informante não entendeu que já estava fora do diálogo da entrevista. Nesse caso, o lingüista tem dificuldades para retornar ao diálogo em que as palavras se referem ao contexto. (PIKE, E. 1956: 46).

Outra situação de crise seria aquela em que o informante não tem as habilidades físicas necessárias para a tarefa, como no caso do falante que não vê ou não pode se locomover. A cegueira, no caso de um diálogo regido pela designação e descrição, é particularmente grave quando inata, pelo fato do informante não possuir critérios visuais para pôr-se de acordo com o entrevistador (PIKE, E. 1981: 20). Locomover-se é importante para que o entrevistador possa usar a ostensão.

Crise na transcrição ocorre quando o informante altera o texto gravado ou quando, como no caso dos Jamamadi, é tabu repetir palavras pronunciadas anteriormente por outras pessoas (WYNEN 1992: 5).

No segundo tipo de crises estariam incluídas aquelas situações nas quais o lingüista e informante conseguem estabelecer o diálogo da entrevista, mas este não se realiza completamente. Essas situações são aquelas em que há crises no diálogo da denominação porque lingüista e informante não compartilham a mesma referência. Pode ocorrer por ambigüidade da resposta do informante (o pesquisador não sabe se a resposta corresponde ao nome do objeto, à sua cor ou ao seu tamanho (PIKE, E. 1981: 131-132). Problemas na designação ocorrem, ainda, quando o lingüista pede um nome geral e o informante lhe dá o específico (SAMARIN 1967: 125). No pedido de paráfrase a crise pode acontecer por falta de acordo entre os participantes sobre o que é igual ou diferente (SAMARIN 1967: 149). Sabotagem é outro tipo de problema: Samarín cita o caso do informante que durante sete anos sabotou a entrevista do lingüista (SAMARIN 1967: 28); nesta situação o informante conhece as regras da entrevista, sabe o que deve responder em tais condições, mas não lhe dá a expressão desejada.

A perspectiva pragmática interpretaria os casos de crises como situações em que seus participantes não compartilham as mesmas regras comunicativas, enquanto que aquelas que se realizam com sucesso são fruto de um acordo decorrente de uma socialização às regras da entrevista, e não ao fato de que as solicitações feitas pelo entrevistador sejam suficientemente claras e transparentes. A socialização do falante nativo à técnica da entrevista ocorre ao cabo de alguns meses atuando como informante, durante os quais ele entende os objetivos daquela comunicação, os atos de fala que o compõem e os limites que deve ter sua atuação. Ditar um texto para o gravador, por exemplo, é uma situação na qual o informante deve ser socializado (SAMARIN 1967: 80). Requer desde aceitar a fazer um monólogo, até cumprir com uma série de atos combinados entre o lingüista e o informante, como fixar convenções com o significado de parar o gravador ou seguir adiante (SAMARIN 1967: 105). Outro treinamento necessário é o de saber dizer palavras isoladas, pequenas sentenças ou sintagmas (SAMARIN 1967: 179).

Uma das condições da entrevista é que o informante esteja socializado ao caráter metalingüístico da mesma. As respostas devem estar descontextualizadas em relação à situação em que seus participantes estão imersos, não requerendo que faça nexos com a vida do participante. Por exemplo, "como se diz 'tua canoa'?" (n. 317), pergunta o lingüista. O falante contextualiza, mudando de segunda pessoa para primeira e depois responde segundo sua própria condição de vida: "não tenho canoa". Num diálogo em que a regra é a contextualização, não haveria equívoco na resposta do falante. Porém, o diálogo da entrevista requer que o informante se sujeite à regra da descontextualização.

Tratando-se de diálogo guiado pelo paradigma, as contextualizações que o informante por ventura faça, trocando, por exemplo, a frase "ontem comprei linha" (escolhida pelo lingüista por certas condições fonéticas especiais para testar tons) pela "eu comprarei linha", por achá-la mais verídica (PIKE, E. 1951) acarreta crises de expectativa comunicativa da entrevista. O lingüista não poderá, naquele caso, aplicar o enunciado proposto para testar tons.

Em relação aos participantes, a entrevista requer que se tenha no mínimo dois, com posições diferentes e complementares no diálogo: o informante, alguém de dentro do grupo ("insider"), que ajuda o lingüista ("outsider") (SAMARIN 1967: 20). Quanto à quantidade necessária de informantes, supõe-se que basta um, no caso de ser uma pesquisa sobre estrutura da língua (SAMARIN 1967: 28).

A relação entre esses dois participantes está marcada pela assimetria. Lingüista e informante possuem papéis marcados em relação a que tipos de atos de fala se espera que executem. A função do lingüista é perguntar, a do informante é responder de maneira sucinta e direta àquelas perguntas ou ainda repetir sua resposta, até que o lingüista seja capaz de imitá-la ou transcrevê-la. A obrigatoriedade de responder por parte do falante nativo está garantida pela troca de bens ou dinheiro para atuar como informante.

Segundo a proposta de classificação de Searle (1969) de perguntas "aberta" e de "exame", o tipo de pergunta utilizada na entrevista se incluiria no primeiro caso, que se caracteriza pelo fato de que a autoridade para determinar a validade da resposta é daquele que responde. É regra do trabalho de campo de que o falante nativo tem sempre razão sobre sua língua (SAMARIN 1967: 150). Mas, para assumir essa autoridade, ele deverá já dominar as regras do diálogo do trabalho de campo. Sua autoridade, contudo, não o transforma em "professor", pois a função de direção do diálogo deve ser do lingüista (BLOOMFIELD 1942). Um informante conversador, por exemplo, pode vir a ser inadequado quando não se atém aos pedidos feitos pelo lingüista. Nesse caso, a função do lingüista é freiar essas discussões (SAMARIN 1967: 42; 36). Bloomfield acreditava que os

comentários que o informante nativo fazia fora do que lhe foi perguntado não tinha valor e que deveriam ser evitados para melhor aproveitar o tempo da entrevista (BLOOMFIELD 1942).

Para ser um bom informante é necessário algo mais do que saber falar a língua como nativo; é necessário ser "inteligente". Esse qualificativo está ligado às próprias normas da entrevista. Ele será considerado inteligente quando reconhecer a intenção do lingüista de querer saber o nome de um objeto, ou quando estiver de acordo sobre o objeto que se está apontando e aceitar que o lingüista dirija o estranho diálogo da entrevista. Uma das condições que definem um bom informante é sua obediência aos pedidos do lingüista de fornecer enunciados metalingüísticos segundo o "Formulário Padrão". Um informante "pouco inteligente", segundo o lingüista Bernard Bloch, é aquele que não consegue se socializar às regras da entrevista. (BLOCK 1935 citado por SAMARIN 1967: 33).

Em suma, o bom informante é aquele que segue as regras determinadas pela entrevista e não aquele que segue as normas de comunicação do seu grupo, como no caso do informante de Kenneth Pike que permaneceu mudo durante a entrevista, por respeitar a regra da sua comunidade de guardar silêncio cerimonial, diante de estranhos (PIKE, E. 1981). Ele mostrou ser um conhecedor de sua cultura, mas não um bom informante lingüístico. Nesta modalidade de entrevista, é possível ser um bom informante lingüístico sem ser um bom informante da cultura.

Lingüista e informante têm diferentes propósitos na entrevista; esta é, sobretudo, uma situação de diálogo que segue o curso dos interesses do lingüista. O diálogo guiado pela idéia de paradigma, por exemplo, tem inteligibilidade para o lingüista, não ocorrendo o mesmo para o informante ágrafo. Para o falante nativo, o fluir dos temas naquele diálogo é completamente contrário ao da lógica do cotidiano. Apenas o lingüista sabe o motivo que o leva a uma determinada série de perguntas. Para o falante nativo, que não sabe o motivo daquela sucessão de perguntas ("Como se diz 'minha casa', 'tua casa', 'nossa casa'/n. 316), o diálogo é monótono. Lingüistas-missionários e acadêmicos fazem menção à dificuldade de conservar o interesse do informante para esse diálogo.

A estratégia comunicativa da entrevista está fundada na função referencial e componencial do sentido, o que determina que a compreensão de um enunciado deve estar determinada pela decomposição das formas superficiais do enunciado, e pela sua relação com o conhecimento proposicional. Neste enfoque, a linguagem não tem interesse enquanto performatividade (como ação), mas como descrição de algo. Um exemplo é a demonstração pública de entrevista feita por Kenneth Pike, em que ele tenta obter, em situações de monolingüismo, expressões como "eu estou batendo em você" (PIKE, E. 1981). Para isso, ele faz uma pantomina da situação de bater, e supõe que a resposta do

falante seja a descrição do ato, e não um performativo ("não faça isso", "chega"). A hegemonia dos atos de caráter de representação por sobre os performativos, está presente no "Formulário Padrão", onde os diretivos metalinguísticos dominantes são os pedidos por formas de designação e descrição, usos da linguagem nos quais há predominância da função representacional; entre usos performativos, há apenas 10 solicitações metalinguísticas de como fazer perguntas (n. 190-199) e 4 de imperativos (n. 340-n. 341) ("durma!", "não durma, não!").

Um exemplo do predomínio da referencialidade na entrevista é a própria análise fonológica, modalidade de escrita utilizada na transcrição; a Fonologia não procura distinguir prosódias referentes à conotação, como aumento ou diminuição do volume da voz. O interesse é manter apenas diferenciado semanticamente palavras através do par mínimo. Em suma, o fonema dá conta de questões da linguagem referencial, sem atentar para questões semânticas a nível poético (TEDLOCK 1983).

A análise componencial é considerada uma técnica lingüística para obter generalizações e tem, para o lingüista, o valor de refletir a forma de expressão ao nível da estrutura da língua. O componencialismo significa isolar sentenças, analisá-las sem estabelecer sua relação com o contexto de enunciação (SAMARIN 1967: 106). A análise componencial exclui a ironia e a metáfora, usos que mantêm uma relação com o contexto imediato, através da entonação e não com a ordem dos elementos no sintagma. A estratégia comunicativa baseada no componencialismo leva a que no caso hipotético de que o informante dê como nome para "porta" a expressão "wasula", o lingüista procurará ver se ela pode ser decomposta em unidades menores. Ele poderá vir a decompor "wasula" como "boca da casa", se encontrar que "wa" é "casa" e "sula" "boca". Na estratégia de um diálogo fora da situação da entrevista, o interlocutor leigo se contentaria em saber que "wasula" é "porta". Seria o suficiente para a compreensão. Outro exemplo da diferença de estratégia de compreensão no diálogo cotidiano e na entrevista guiada pelo componencialismo pode ser enfocado na situação de crise contada por Samarin, em que um entrevistador fez uma mistura de água e farinha para indicar que procurava um termo para "grosso". O informante lhe deu o nome "como esperma" (SAMARIN 1967: 132). A resposta do falante foi inadequada para o enfoque componencial do significado, no qual se procura o sentido para cada forma considerada isoladamente. No diálogo cotidiano, a resposta do informante não seria necessariamente inadequada, pois a qualidade da espessura da mistura ("grosso"), que era o que procurava indicar o locutor, foi dada.

Quanto à escrita, alguns atos próprios da entrevista, como ditar, repetir e transcrever estão relacionados à tecnologia da escrita. O mesmo acontece com as "fórmulas paradigmáticas", dependentes da disposição visual dos dados. Um exemplo da

presença do domínio visual da linguagem é na forma de descrição dos pronomes organizados no "Formulário Padrão" através das tabelas tradicionais de conjugação (n. 310-330). A descrição dos pronomes por tabela iguala eu-tu-ele, abstraindo as diferenças semânticas existentes entre os mesmos, como mostra Benveniste (1969). Para ele, os pronomes de primeira e segunda pessoa fazem parte dos signos demonstrativos, que têm seu funcionamento determinado a partir do ponto de vista do enunciador, diferentemente da terceira pessoa, que funciona como um signo descritivo. O paradigma de conjugação dos pronomes perde as diferenças de funcionamento semântico entre eles, para encontrar uma regularidade das formas, útil talvez para um estrangeiro adulto aprender uma língua.

Em geral, lingüistas, como Samarin, reconhecem a presença da escrita no processo de coleta de dados junto ao informante, ao apontarem para os problemas que há ao trabalhar com um informante ágrafo, que não conhece o que é palavra, ou como se usa um livro.

"With a truly illiterate person, one who neither reads nor writes in any language, the field worker must recognize that he is obliged to teach the concept of the visual representation of speech"(SAMARIN 1967: 43).

CONCLUSÃO

Numa perspectiva pragmática da linguagem, a ênfase no componencialismo como forma de compreensão, na representação como sentido básico da linguagem e na presença da escrita são concepções de linguagem próprias do pensamento ocidental e não universais lingüísticos (BRIGGS 1989). Representação e componencialismo configurariam uma situação comunicativa específica, própria do uso escrito da linguagem.

A presença dessas concepções de linguagem norteando "Formulário Padrão" problematizaria sua definição como equivalente a uma forma de conhecimento do falante nativo, e apontaria a sua necessária vinculação às condições de conhecimento de um falante adulto, estrangeiro e letrado. Enquanto adulto estrangeiro, ele usa sua língua como acesso à língua desconhecida; a presença da língua do analista está presente, por exemplo, quando ele pede questões dirigidas a conhecer a extensão do uso de uma palavra na língua do informante, tendo como eixo o seu emprego na sua língua nativa (como se diz "perna de cachorro" ou "perna de mesa" etc) (Material do Curso de Metodologia Lingüística do SIL-

Brasil de 1976), ou ainda quando procura um equivalente para a preposição "com", usada como instrumento e como companhia (n. 209-210). Enquanto falante letrado, a escrita lhe é fundamental na direção do diálogo, como no caso das "fórmulas paradigmáticas" e na forma de analisar a língua.

Desta maneira, o diálogo da entrevista lingüística deveria ser definido como o confronto de caráter intercultural entre o falante nativo e o estrangeiro, entre o falante ágrafo e o literário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AUSTIN, J.L. Quand dire c'est faire. Editions du Seuil. Paris, 263 pp, 1970.
- BARROS, Maria Cândida D. M. Lingüística Missionária: Summer Institute of Linguistics. Tese de Doutorado. UNICAMP, 1993.
- BENVENISTE, Emile. Problèmes de linguistique générale. Editions Gallimard, 1969.
- BLOOMFIELD, Leonard. Outline guide for the practical study of foreign languages. Special publications of the Linguistic Society of America. Baltimore, 16pp., 1942.
- BRIGGS, Charles. Questions for the ethnographer: a critical examination of the role of the interview in fieldwork. Semiotica n. 46-2/4, p. 233-261, 1983.
- _____. Learning how to ask: a sociolinguistic appraisal of the role of the interview in social science research. Cambridge, Cambridge University Press, xv-155 pp (Studies in the social and cultural foundations of language n. 1), 1989.
- CAMARA, Joaquim Mattoso. Introdução às línguas indígenas brasileiras. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 230pp, 1965a.
- CLIFFORD, James. Fieldwork, reciprocity and the making of ethnographic texts: the example of Maurice Leenhardt. Man, 15(3), 518-532, 1980.

FABIAN, Johannes. Rule and process: thoughts on Ethnography as communication. Philosophy of the social sciences, n. 9, 1-26, 1979.

FRANCHETTO, Bruna & LEITE, Yonne. A concepção dos linguistas. Cadernos de Estudos Linguísticos, 15-30, UNICAMP, 1983.

GUDSCHINSKY, Sarah. How to learn an unwritten language. Holt, Rinehart, Wiston, New York, 1967.

HAAS, Mary. The Linguist as a teacher of language. Language, vol. 19, n. 3, July/Sept. p. 203-208, 1943.

HEALEY, Alan. Handling unsophisticated linguistic informants. Linguistic Circle of Canberra Publications, serie A. Occasional Papers n. 2, Camberra, 30 pp, 1964.

MUSEU NACIONAL. Formulário dos vocabulários padrões para estudos comparativos preliminares nas línguas indígenas brasileiras. Segunda Edição. I: Introdução, Instrução e Índice; II: Questionário, 1960.

_____. O Setor Linguístico do Museu Nacional (Organização e Objetivos). 48 pp. Publicações Avulsas. n. 49, 1965.

NIDA, Eugene. Field Techniques in descriptive linguistics International Journal of American Linguistics. Vol. 13, n. 3, July, p. 138-146, 1947.

PIKE, Eunice. Not alone. Moody Press, Chicago, 1956.

_____. Ken Pike, scholar and christian. Sil, Dallas, 268 pp., 1981.

SAMARIN, Willian J. Field Linguistics. A Guide to linguistic field work. Holt, Rinehart and Winston, 1967.

SEARLE, John. Speech acts. An essay in the Philosophy of language. Cambridge University Press, 1969.

SIL. Material do curso de Metodologia Linguística. Datilografado, 1976.

____. Relatório do SIL-Brasil. Brasília, datilografado, 1977.

TEDLOCK, Dennis. The Spoken word and the work of Interpretation. University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1983.

WYNEN, Suzan Van. Worth repeating. After twenty-five years, suddenly a rich harvest. In Other Words. Vol. 18,n. 6, p. 5, 1992.